PROJETO DE LEI № , DE 2022

(Do Sr. Cássio Andrade)

Altera o art. 1º da Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, para assegurar a estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes o acesso a parques de diversão e a parques aquáticos, mediante pagamento da metade do preço do ingresso efetivamente cobrado do público em geral.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, passa a vigorar com a seguinte redação:

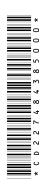
"Art. 1º É assegurado aos estudantes o acesso a salas de cinema, cineclubes, teatros, parques de diversão, parques aquáticos, espetáculos musicais e circenses e a eventos educativos, esportivos, de lazer e de entretenimento, em todo o território nacional, promovidos por quaisquer entidades e realizados em estabelecimentos públicos ou particulares, mediante pagamento da metade do preço do ingresso efetivamente cobrado do público em geral.

"	(NR)
---	------

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua

publicação.





JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, assegurou aos estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes o acesso a acesso a salas de cinema, cineclubes, teatros, espetáculos musicais e circenses e a eventos educativos, esportivos, de lazer e de entretenimento, em todo o território nacional, mediante pagamento da metade do preço do ingresso efetivamente cobrado do público em geral.

Ainda que a interpretação pudesse ser ampla e já contemplar os parques de diversão e aquáticos, consideramos que a lei deva explicitá-los para não restar dúvidas.

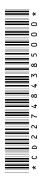
A motivação inicial deste projeto é o fato de que, por exemplo, um dos principais parques aquáticos do país, localizado no Ceará, não oferece meia-entrada para estudantes de outras localidades, apenas para os estudantes cearenses, por haver lei estadual que contempla explicitamente tal atração. A justiça local tem proferido decisões favoráveis ao parque, justificando exatamente que, diante da ausência de previsão expressa no art. 1º da Lei nº 12.933/2013, o benefício da meia-entrada não se aplicaria nacionalmente ao ingresso em parque aquático estabelecido em local fixo e explorado de maneira contínua.

Consideramos que a lei, em sentido lógico amplo, já contemplaria sim tais parques, que são de lazer e entretenimento, mas, para não caber mais interpretação em contrário, propomos justamente a previsão expressa na lei.

No sentido então de garantir aos estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes o acesso a parques de diversão e a parques aquáticos, peço aos meus Pares o apoio necessário à aprovação desta proposta.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 2022.





Apresentação: 23/11/2022 16:20:12.100 - Mesa

Deputado Cássio Andrade PSB/PA

